

EVOLUÇÃO



I PEQUENO SEMINÁRIO

ARTE/EDUCAÇÃO COMPROMETIDA NA DIPED
CAPELA DO SOCORRO



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.62>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 62 (dez. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 210 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.62

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

07 ESPECIAL

I PEQUENO SEMINÁRIO - Práticas para uma Arte/Educação Colaborativa

DIPED - Capela do Socorro

12 POIESIS

J. Wilton



ARTIGOS

1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DESAFIOS DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Adriana Pereira Santos da Silva 17
2. CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA
Adriana Silva de Santana Barros 24
3. ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O BRINCAR E O PENSAR
Amanda Zuza dos Anjos 30
4. A ESCOLA NA COMUNIDADE: CAMINHOS PARA ENFRENTAR OS INÚMEROS DESAFIOS
Ana Maria Dainauskas Soares 41
5. PLANO DE ACÇÃO PARA FORTALECER A INTEGRAÇÃO ENTRE ÁREAS DA GESTÃO ESTRATÉGICA PARA MELHORIA DO ENSINO NO INSTITUTO SUPERIOR INTERNACIONAL DE ANGOLA
Ana Maria Mbuilo Pambu 48
6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA PROGRESSÃO DE CARREIRA PROFISSIONAL: CASO DE ESTUDO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE LUCALA NO CUANZA NORTE
Beatriz Mena Kanga Marques 56
7. A RELEVÂNCIA DA GESTÃO ESTRATÉGICA PARA GARANTIA DA COMPETIVIDADE DAS EMPRESAS PÚBLICAS ANGOLANAS (CASO DA EDIÇÕES NOVEMBRO-E.P.)
Bernarda Domingos Martins 62
8. BRINCAR LIVRE NA PRIMEIRA INFÂNCIA: A ABORDAGEM DE EMMI PIKLER PARA AUTONOMIA E PROTAGONISMO INFANTIL
Cícera da Silva Ramos 68
9. IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS: QUESTÕES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS
Cláudia Regina Mistreli 74
10. UMA REFLEXÃO BIBLIOGRÁFICA: A PROBLEMÁTICA DO ANALFABETISMO CIENTÍFICO EM ANGOLA
Edson da Conceição Graça 82
11. MOTIVAÇÃO LABORAL COMO FACTOR DE PRODUTIVIDADE DOCENTE NO INSTITUTO TÉCNICO PRIVADO MARCIVAL
Felisberto da Cruz Félix 89
12. MODALIDADES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: UMA PERSPECTIVA ENTRE O IDEAL E O REAL
Fortuna Neto Figueiredo Vitangui 96
13. EXPRESSÃO, CRIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Ingrid da Silva Cavalcante de Paula 110
14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
Joice de Andrade Silva 117
15. MINI HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A FOTOGRAFIA E A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO INSTRUMENTOS DE NARRATIVA E APRENDIZAGEM
Leandro de Almeida Oliveira 124
16. PROTAGONISMO, INTERAÇÕES E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO À LUZ DA BNCC
Luciane de Jesus Mineiro de Lima 131
17. POSSIBILIDADES E RESISTÊNCIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA #TAMOJUNTO NA ZONA LESTE PAULISTANA: ENTRE TENSÕES E ENGAJAMENTOS
Marcelo Cunha 141
18. INFÂNCIA, CULTURA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL HUMANIZADORA
Maria de Lourdes Ferreira da Silva 156
19. O PARQUE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO
Orlaneide Ferreira Santos Diamante 163
20. O MOBILIÁRIO NA PEDAGOGIA MONTESSORI: CONTRIBUIÇÕES PARA A AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Renata da Costa Braz 169
21. EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: APRENDIZAGENS, EXPERIÊNCIAS E INTERAÇÕES
Rosemeire Santos de Deus Lopes 176
22. UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES DOS ESTUDANTES DOS 8º ANOS DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO FLORENTINO COM AS AULAS REMOTAS
Sidnei Aparecido da Costa 182
23. DIREITOS DO CONSUMIDOR NO ENSINO PARTICULAR EM ANGOLA – UM OLHAR JURÍDICO CONSTITUCIONAL
Simão Vembo 192
24. CRIANÇAS MIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA
Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira 204



O PARQUE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

ORLANEIDE FERREIRA SANTOS DIAMANTE¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o parque escolar como um instrumento de inclusão na Educação Infantil, considerando sua contribuição para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente daquelas público-alvo da Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com abordagem teórico-reflexiva, fundamentada em autores clássicos da Educação Infantil, do lúdico e da educação inclusiva, bem como em documentos legais que asseguram o direito à educação e ao brincar. A metodologia consistiu na análise de livros, artigos científicos e legislações educacionais, selecionados a partir de sua relevância para a temática da inclusão e do brincar na primeira infância. Os resultados indicam que o parque, quando planejado de forma acessível e mediado intencionalmente pelo educador, constitui-se como um espaço pedagógico potente para a promoção da socialização, da autonomia, do desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional, além de favorecer práticas inclusivas no cotidiano escolar. Conclui-se que a organização do parque inclusivo, aliada a um planejamento pedagógico comprometido com a diversidade, contribui significativamente para a efetivação do direito de todas as crianças à participação plena nas experiências educativas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação Infantil; Ludicidade Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Nesse contexto, o brincar assume papel central no processo educativo, sendo reconhecido como linguagem própria da infância e como meio privilegiado de aprendizagem. Entre os diferentes espaços destinados ao brincar, o parque escolar destaca-se como um ambiente que possibilita experiências corporais, sociais e simbólicas fundamentais ao desenvolvimento infantil.

Entretanto, embora o parque seja um espaço amplamente valorizado nas instituições de Educação Infantil, nem sempre ele é organizado de modo a garantir a participação de todas as crianças, especialmente daquelas com deficiência. A ausência de acessibilidade, de brinquedos adaptados e de planejamento pedagógico inclusivo pode transformar um espaço potencialmente educativo em um ambiente excludente.

Diante dessa problemática, este artigo propõe uma reflexão teórica sobre o parque como instrumento de inclusão, buscando compreender como esse espaço pode favorecer

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná, UNOPAR; Pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Associada Brasil, FAB; Extensões Universitárias em: Literatura Infantil; Múltiplas Competências para os Professores em Educação; Ensino de Artes; Ludicidade e Psicomotricidade; Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura de São Paulo, SME, PMSP.

práticas pedagógicas inclusivas e contribuir para o desenvolvimento integral das crianças. O estudo justifica-se pela relevância social e educacional do tema, considerando a necessidade de assegurar, desde a primeira infância, o direito ao brincar e à participação plena nos espaços escolares.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e documental, com abordagem teórico-reflexiva. A investigação foi desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas relevantes sobre Educação Infantil, ludicidade, inclusão e desenvolvimento infantil, bem como de documentos legais que fundamentam o direito à educação inclusiva.

Os procedimentos metodológicos consistiram na seleção e análise de livros, artigos científicos e legislações educacionais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Declaração de Salamanca (1994). Os critérios de escolha das fontes basearam-se na relevância teórica, na contribuição para a compreensão do brincar e da inclusão e na recorrência de citações no campo educacional.

Ressalta-se que este estudo não apresenta caráter empírico, não envolvendo coleta de dados em campo, aplicação de instrumentos ou análise estatística. As reflexões desenvolvidas fundamentam-se na articulação teórica entre os autores estudados e na análise crítica da literatura, tendo como limitação a ausência de dados observacionais sistematizados.

O DIREITO AO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar é reconhecido como um direito da criança e um elemento essencial para seu desenvolvimento integral, estando assegurado juridicamente e amplamente fundamentado nos estudos sobre infância. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece que é dever do Estado garantir condições para o pleno desenvolvimento da criança, o que inclui o

acesso a experiências educativas significativas e ao lazer.

Na Educação Infantil, o brincar constitui-se como linguagem própria da infância e como eixo estruturante das práticas pedagógicas. Conforme Oliveira (2000), ao dialogar com Vygotsky, a brincadeira cria situações imaginárias que permitem à criança agir para além de seu comportamento cotidiano, ampliando suas possibilidades de desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Os espaços externos, especialmente o parque escolar, assumem papel fundamental nesse processo. Fernandes (2006) destaca que a existência de áreas livres, com partes ensolaradas e sombreadas, favorece o desenvolvimento da psicomotricidade ampla, permitindo correr, pular, exercitar-se e participar de jogos ativos, além de ampliar o contato com a natureza. Essas experiências corporais são indispensáveis na primeira infância, pois contribuem para a construção da autonomia e da identidade infantil.

Nesse sentido, Menezes (2010, p. 101) afirma que “quando o espaço infantil está adequadamente organizado, com propostas diferenciadas e situações diversificadas, ampliam-se as possibilidades de exploração e pesquisas infantis, exercita-se a autonomia, a liberdade, a iniciativa e a livre escolha das crianças”. Tal compreensão reforça a necessidade de que o parque seja planejado de forma intencional, reconhecendo-o como ambiente educativo e não apenas recreativo.

Portanto, garantir o direito ao brincar implica compreender o parque como parte integrante do currículo da Educação Infantil, assegurando que todas as crianças tenham acesso a experiências lúdicas significativas em espaços adequados, acessíveis e pedagogicamente organizados.

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS ESCOLARES

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todas as crianças têm direito ao

acesso, à participação e à aprendizagem em igualdade de condições, respeitando suas diferenças e especificidades. Esse princípio está respaldado tanto em documentos legais quanto em produções teóricas que defendem a escola como espaço de convivência na diversidade.

A Declaração de Salamanca (1994) estabelece que as instituições escolares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou sensoriais, promovendo adaptações necessárias para garantir sua participação efetiva. No contexto da Educação Infantil, tal diretriz implica a organização de espaços acessíveis e a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais.

No parque escolar, a acessibilidade assume papel central, uma vez que a ausência de rampas, pisos adequados, brinquedos adaptados e sinalizações pode limitar a autonomia das crianças com deficiência. Fernandes (2006) ressalta que a organização dos espaços externos deve considerar as necessidades do corpo infantil em movimento, possibilitando experiências seguras e desafiadoras.

Além disso, a relação com a natureza constitui-se como elemento fundamental para a infância. Tiriba (2006, p. 111) afirma que a ausência de ênfase no contato das crianças com o mundo natural reflete uma compreensão ainda limitada sobre a importância de um cotidiano em liberdade, em interação com elementos da natureza, capazes de gerar potência e ampliar as experiências infantis.

Dessa forma, a inclusão nos espaços escolares exige não apenas adaptações físicas, mas também uma concepção pedagógica que reconheça o parque como ambiente de aprendizagem, convivência e desenvolvimento, assegurando que todas as crianças possam usufruir desse espaço em condições de equidade.

O PARQUE COMO ESPAÇO PEDAGÓGICO INCLUSIVO

O parque escolar configura-se como um espaço privilegiado para a vivência de múltiplas

experiências na Educação Infantil, especialmente quando compreendido como ambiente pedagógico intencionalmente organizado. Monteiro e Rodrigues (2015, p. 274) destacam que o parque se apresenta como um espaço convidativo, propício às interações, no qual as crianças exercem o livre arbítrio ao escolher suas brincadeiras, parceiros e objetos, construindo enredos, criando e recriando significados sobre o mundo que as cerca.

Essa liberdade de escolha favorece a construção da autonomia e o desenvolvimento das interações sociais, elementos fundamentais para práticas inclusivas. Ao brincar no parque, crianças com e sem deficiência compartilham experiências, negociam regras e constroem relações baseadas na cooperação e no respeito às diferenças.

O contato com a natureza também se revela como dimensão essencial do parque inclusivo. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o contato com pequenos animais e elementos naturais pode ser promovido por meio de atividades de observação, cuidado e troca de ideias entre as crianças, mediadas pelo adulto (BRASIL, 1998). Essas vivências ampliam a curiosidade, estimulam a sensibilidade e fortalecem vínculos afetivos com o ambiente.

Tiriba (2010, p. 8) ressalta que as atividades ao ar livre proporcionam aprendizagens relacionadas ao bem-estar, ao equilíbrio emocional e ao desenvolvimento de sentimentos de solidariedade e companheirismo. Para a autora, os espaços externos constituem-se como ambientes de convivência, nos quais a escolha livre das brincadeiras e dos parceiros favorece relações menos competitivas e mais colaborativas.

Assim, o parque inclusivo deve ser compreendido como espaço de aprendizagem, convivência e liberdade, no qual a organização intencional dos ambientes e das propostas pedagógicas contribui para o desenvolvimento integral das crianças.

O PAPEL DO EDUCADOR NO PLANEJAMENTO DO PARQUE INCLUSIVO

O educador desempenha papel central na organização e mediação das experiências vivenciadas no parque escolar. Cabe ao professor planejar propostas que considerem a diversidade do grupo, garantindo que todas as crianças possam participar das atividades de forma segura e significativa.

Nesse processo, o planejamento do parque deve contemplar a oferta de materiais diversificados, brinquedos acessíveis e situações que estimulem a exploração, a curiosidade e a interação. Menezes (2010) destaca que a organização intencional dos espaços amplia as possibilidades de escolha e de iniciativa das crianças, favorecendo a construção da autonomia.

Além disso, a mediação pedagógica envolve observar atentamente as interações, propor desafios adequados e intervir quando necessário para favorecer a inclusão e a convivência respeitosa. Rau (2011) enfatiza que o adulto deve orientar o brincar sem interferir excessivamente, permitindo que as crianças negociem regras e construam conhecimentos de forma coletiva.

A atuação do educador no parque também implica reconhecer o valor dos espaços externos como ambientes de aprendizagem. Tiriba (2010, p. 9) defende a importância de “desemparedar” a educação, ampliando as experiências para além das salas de aula e reconhecendo que todos os espaços da escola são propícios às aprendizagens.

Dessa forma, o parque inclusivo exige uma postura pedagógica comprometida com a diversidade, na qual o professor atua como mediador sensível, garantindo que o brincar se constitua como experiência educativa significativa para todas as crianças.

O PARQUE E A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA INFÂNCIA

O parque escolar configura-se como um espaço privilegiado para a construção das relações sociais na infância, uma vez que

possibilita encontros, interações e vivências coletivas que extrapolam a organização formal da sala de aula. Nos espaços externos, as crianças ampliam suas oportunidades de convívio, estabelecendo vínculos, negociando regras e construindo significados compartilhados a partir das brincadeiras.

De acordo com Corsaro (2011), as interações entre pares desempenham papel fundamental na socialização infantil, pois as crianças não apenas internalizam normas sociais, mas também produzem culturas próprias, reinterpretando o mundo adulto de forma criativa. Nesse sentido, o parque favorece a emergência dessas culturas infantis, ao permitir maior liberdade de movimento e de escolha, criando condições para interações mais espontâneas e inclusivas.

A convivência em espaços coletivos contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais, como a cooperação, a empatia e a resolução de conflitos. Durante as brincadeiras no parque, as crianças aprendem a compartilhar materiais, respeitar turnos e lidar com frustrações, experiências que fortalecem a construção da autonomia moral e social. Para crianças com deficiência, esses momentos são especialmente relevantes, pois favorecem a participação em atividades coletivas e a construção de relações baseadas no respeito às diferenças.

Além disso, o parque amplia as possibilidades de interação entre crianças de diferentes idades, características e habilidades, promovendo experiências de convivência na diversidade. Essa heterogeneidade contribui para a desconstrução de estigmas e para a formação de atitudes inclusivas desde a primeira infância. Assim, o parque escolar, quando pensado como espaço de convivência, assume papel fundamental na promoção de práticas educativas voltadas para a socialização e para a construção de relações sociais significativas.

DIMENSÃO ÉTICA E POLÍTICA DOS ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A organização dos espaços na Educação Infantil ultrapassa aspectos físicos e pedagógicos, assumindo também uma dimensão ética e política relacionada à garantia dos direitos das crianças. O modo como os espaços escolares são planejados e disponibilizados revela concepções de infância, de educação e de inclusão, refletindo escolhas institucionais que podem favorecer ou limitar a participação infantil.

Sob essa perspectiva, o parque escolar pode ser compreendido como expressão do compromisso da escola com o direito à infância plena. Sarmiento (2004) destaca que reconhecer a criança como sujeito de direitos implica assegurar condições concretas para sua participação ativa nos diferentes espaços sociais, incluindo aqueles destinados ao brincar. Assim, a existência de espaços externos acessíveis e significativos constitui-se como uma ação ética em favor da equidade.

A dimensão política dos espaços manifesta-se, ainda, na forma como a escola enfrenta as desigualdades e promove a inclusão. Ao garantir que o parque seja acessível a todas as crianças, a instituição assume uma postura que reconhece a diversidade como valor e princípio educativo. Essa concepção rompe com práticas excludentes e reforça a educação como direito social, conforme defendido por Arroyo (2012), ao afirmar que os espaços educativos devem acolher as múltiplas infâncias e trajetórias.

Portanto, pensar o parque na Educação Infantil exige compreender que os espaços não são neutros, mas carregados de intencionalidades e valores. Ao assumir uma organização comprometida com a ética, a política e os direitos das crianças, a escola contribui para a construção de práticas educativas inclusivas, democráticas e socialmente responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram compreender que o

parque escolar, quando concebido como espaço pedagógico intencionalmente organizado, constitui-se como um importante instrumento de inclusão na Educação Infantil. Ao ultrapassar a função meramente recreativa, o parque revela-se como ambiente educativo capaz de promover experiências significativas de aprendizagem, convivência e desenvolvimento integral, especialmente quando articulado a uma proposta pedagógica comprometida com a diversidade.

Evidenciou-se que a efetivação de práticas inclusivas no parque não depende exclusivamente da presença de estruturas físicas acessíveis, mas da articulação entre acessibilidade, planejamento pedagógico e mediação docente. A organização dos espaços, a seleção dos materiais e a condução das propostas de brincar refletem concepções de infância e de educação que podem ampliar ou restringir a participação das crianças. Nesse sentido, o educador assume papel fundamental ao transformar o parque em um território de experiências inclusivas, no qual todas as crianças tenham assegurado o direito de brincar, interagir e aprender.

O estudo também destacou que os espaços externos favorecem a construção de relações sociais, o exercício da autonomia e o desenvolvimento de atitudes de cooperação e respeito às diferenças, contribuindo para a formação de sujeitos mais sensíveis às práticas de convivência democrática. Assim, o parque escolar configura-se como espaço estratégico para a promoção da inclusão desde a primeira infância, reafirmando o compromisso ético e político da escola com os direitos das crianças.

Embora se trate de uma pesquisa de natureza teórica, as análises apresentadas contribuem para o fortalecimento do debate sobre a organização dos espaços na Educação Infantil, indicando a necessidade de que o parque seja reconhecido como parte integrante do currículo. Recomenda-se que futuras pesquisas empíricas aprofundem a investigação sobre as práticas inclusivas nos espaços externos,

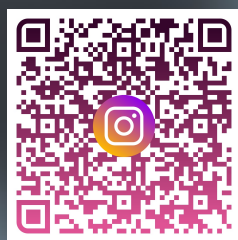
ampliando a compreensão sobre seus impactos no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças e subsidiando a construção de políticas e práticas educacionais cada vez mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.
- DUPRAT, Maria Carolina (org.). Ludicidade na educação infantil. São Paulo: Pearson, 2015.
- FERNANDES, Odara de Sá. Crianças no pátio escolar: a utilização dos espaços e o comportamento infantil no recreio. Natal, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17440>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- MENEZES, Cláudia Maria. A organização dos espaços de ensinar e aprender nas instituições de Educação Infantil. In: Capacitação docente e responsabilidade social: aportes pluridisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2010.
- MONTEIRO, J.; RODRIGUES, J. Os espaços externos como possibilidade de múltiplas experiências na Educação Infantil. Zero a Seis, Florianópolis, v. 17, n. 32, p. 264–278, jul./dez. 2015.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2000.
- RAU, Maria Cecília T. D. A ludicidade na educação infantil: uma atitude pedagógica. Curitiba: IBPEX, 2011.
- TIRIBA, Léa. Infância, escola e natureza. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.
- TIRIBA, Léa. Crianças da natureza. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.62>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
 Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
 Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Pereira Santos da Silva
 Adriana Silva de Santana Barros
 Amanda Zuza dos Anjos
 Ana Maria Dainauskas Soares
 Ana Maria Mbuilo Pambu
 Beatriz Mena Kanga Marques
 Bernarda Domingos Martins
 Cícera da Silva Ramos
 Cláudia Regina Mistreli
 Edson da Conceição Graça
 Felisberto da Cruz Félix
 Fortuna Neto Figueiredo Vitangui
 Ingrid da Silva Cavalcante de Paula
 Joice de Andrade Silva
 Leandro de Almeida Oliveira
 Luciane de Jesus Mineiro de Lima
 Marcelo Cunha
 Maria de Lourdes Ferreira da Silva
 Orlaneide Ferreira Santos Diamante
 Renata da Costa Brás
 Rosemeire Santos de Deus Lopes
 Sidnei Aparecido da Costa
 Simão Vembo
 Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira

Indexadores:



Filiada à:



Parceiros:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

